



# VINCI COMPASS

**Vinci Água e Saneamento Strategy**

***VIAS – Newsletter Mensal***

Maio / 2025

Caro cotista,

Apresentamos a seguir a Newsletter mensal do VIAS, referente ao mês de maio de 2025. Neste mês, destacamos as ações da Rio+ Saneamento voltadas à modernização da operação, com intervenções estratégicas durante a manutenção do Sistema Guandu e ações de combate a ligações clandestinas de esgoto em Rio das Ostras. Também registramos iniciativas para aproximar a concessionária dos clientes, por meio de campanhas de renegociação e adesão à tarifa social, além da conquista da meta de utilizar 100% de energia proveniente de fontes renováveis. Ao final do relatório, apresentamos o Informe Setorial, elaborado em parceria com a consultoria estratégica GO Associados, que aborda o Overview do Saneamento Básico e Oportunidades em Porto Alegre.

### Índice

Informações do Fundo	2
Portfólio	4
Acompanhamento do Portfólio	6
Informe Setorial	8

## Informações Gerais

### Visão Geral do Fundo

#### Gestor

Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda.

#### Administrador e Escriturador

BTG Pactual Serviços Financeiros S.A.

#### Capital Comprometido

R\$ 380,1 milhões

#### Número de Investidas

1 ativo investido

#### Capital Alocado

R\$ 350,0 milhões

#### Capital Chamado

R\$ 291,6 milhões



“FIP-IE com características ambientais e sociais”

Parecer Independente sobre o Enquadramento do VIAS como “FIP-IE ASG” reemitido pela ERM<sup>1</sup> em agosto de 2024

Alinhamento com ODS



Alinhamento com categorias  
GBP/GLP

• Saneamento básico

Alocação de Recursos

- Os recursos obtidos pelo Fundo vêm sendo alocados em investimentos em uma única empresa, a Rio+ Saneamento (Concessão Bloco 3), que conta com ativos de saneamento básico (empresa concessionária de água e esgoto), localizados em 18 municípios do estado do Rio de Janeiro, além de 24 bairros da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.
- O montante alocado pelo VINCI Infraestrutura Água e Saneamento Strategy - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“VIAS FIP-IE”) entre setembro de 2021 e junho de 2024 é de R\$ 381.786.400,00, conforme o resumo da carteira de investimento referente à posição do dia 04/06/2024. O montante alocado na compra de participação acionária na Rio+ Saneamento corresponde a 97% do Patrimônio Líquido, que totaliza em R\$ 394.388.777.38.
- Os recursos temporariamente não alocados encontram-se em Operação Compromissada LTN Over, com valor total investido de R\$ 2.910.042,46, correspondendo a 0,76% do patrimônio líquido do fundo, conforme resumo da carteira referente à posição do dia 04/06/2024.
- Pelos ativos investidos e proporcionalidade dos investimentos, verificamos que o Fundo, que se enquadra na categoria de ‘Fundo com características ambientais e sociais’ conforme definido pelo artigo 8(1) da Sustainable Finance Disclosure Regulation (SFDR) da União Europeia, continua alinhado com essa definição, conforme informado no Second-Party Opinion elaborado pela ERM<sup>1</sup> em 2021.
- Em relação ao relato, as informações financeiras são reportadas através de relatórios trimestrais disponíveis apenas para consulta dos cotistas. Os indicadores financeiros relativos à alocação de recursos passam, necessariamente, por auditoria externa e os indicadores sociais e ambientais de acompanhamento dos projetos investidos foram reportados no relatório de sustentabilidade<sup>2</sup>, publicado em 11/06/2024.

Impacto dos projetos

- O portfólio atual inclui um ativo de saneamento, setor com adicionalidade ambiental e social conforme categorias de projetos verdes e sociais definidos nos *Green Bond Principles*, *Sustainable Bond Guidelines* e a publicação ‘Não Perca Este Bond’.
- O empreendimento está em operação desde agosto de 2022. A estimativa da Rio+ Saneamento é de atender aproximadamente 2,6 milhões de cidadãos pelos 35 anos de concessão, que se iniciou em 08/2022.
- Em 2024 a companhia reportou em relatório interno nomeado “Relatório de Verificação Anual do VIAS” os seguintes indicadores: tratamento de 166.596 m<sup>3</sup> de volume de água tratada *upstream*, 12.497 toneladas de resíduos tratados, sendo 10,8 toneladas destes referentes a resíduos perigosos. Além disso, a Rio+ Saneamento informou que o Índice de Qualidade da Água (IQA) registrado foi de 99,9%, considerado assim dentro da faixa ótima. No que tange o Índice de Qualidade de Operação de Estação de Tratamento de Esgoto (IQE), a Rio+ Saneamento atingiu, em março de 2024, o índice de 84,6%, que está dentro do enquadramento adequado segundo o INEA-RJ. Cabe pontuar que estes valores informados não vieram acompanhados de relatórios de auditoria ou acreditação pública. Parte dos dados informados no relatório interno estão alinhados aos informados no Relatório de Sustentabilidade 2023 da Rio+ Saneamento, que foi devidamente auditado.
- Segundo o relatório de sustentabilidade da concessionária, estão contratadas hoje 1.474 pessoas diretamente e 566 terceirizadas. Em relação aos clientes, a companhia informa no relatório interno “Relatório de Verificação Anual do VIAS” (citado acima) que o índice de satisfação dos usuários (ISU) teve como último registro (março de 2024) 92%, acima da meta de 90% esperada para o Ano 5 de concessão.
- Não foram identificadas controvérsias ASG recentes relacionadas à Rio+ Saneamento.

<sup>1</sup> Consultoria líder em sustentabilidade e ESG, em 16 de Agosto/ 2024.

## Estratégia

O Vinci Água e Saneamento Strategy FIP-IE é um fundo de investimento em participações em infraestrutura gerido pela Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda. (“Vinci”). Sua estratégia tem como base a construção de um portfólio composto por ativos de Infraestrutura do Setor de Água, Esgoto e Tratamento de resíduos que apresentem as seguintes características

- Concessões, Autorizações ou Parcerias Público Privadas (“PPPs”)
- Efetiva ingerência nas Investidas
- Aderência com a Política ASG do Fundo

## 🔍 O que buscamos?

### Pipeline Diversificado

- Originação proprietária e negociações bilaterais
- Licitações com competição bem mapeada

### Contratos Sólidos e Crescimento Operacional

- Matriz de risco e obrigações adequadas
- Modelos provados, com potencial de crescimento e melhoria operacional

### Parcerias Estratégicas

- Associação com operadores e/ou *Players* estratégicos do setor
- Parcerias com alinhamento estratégico e de liquidez no futuro

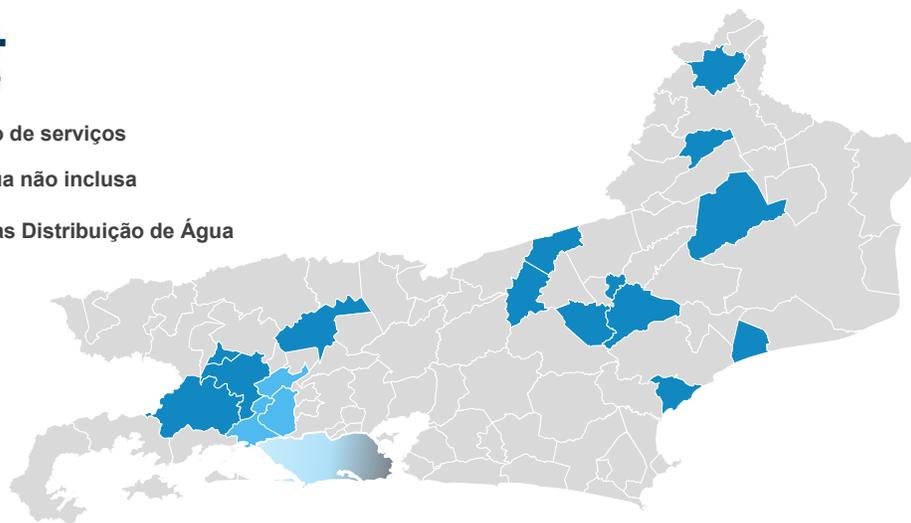
### ASG

- Operação, companhias e stakeholders alinhados à estratégia e aos procedimentos e normas ASG do Fundo

## 1º Investimento VIAS



- Escopo completo de serviços
- Produção de Água não inclusa
- AP-5 Rio – Apenas Distribuição de Água



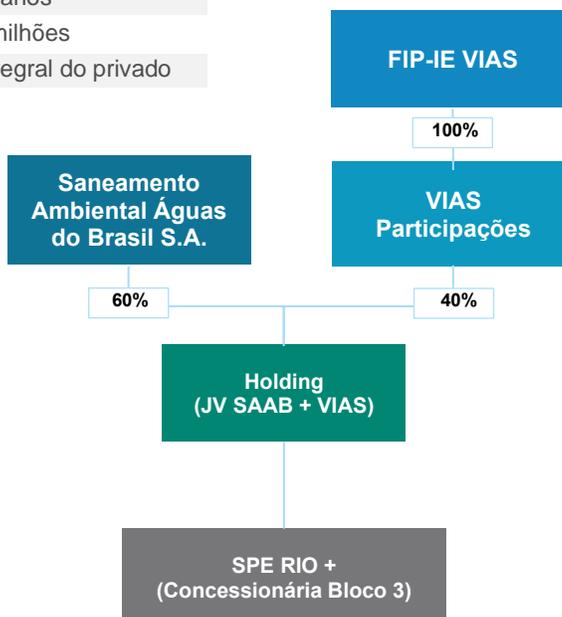
### Rio +: 18 municípios | 2,6 milhões de habitantes

- . Bom Jardim
- . Carapebus
- . Carmo
- . Itaguaí
- . Macuco
- . Natividade
- . Paracambi
- . Pinheiral
- . Pirai
- . Rio Claro
- . Rio das Ostras
- . Rio de Janeiro (AP-5)
- . São Fidélis
- . São José de Ubá
- . Seropédica
- . Sumidouro
- . Trajano de Moraes
- . Vassouras

### Rio + Saneamento

Overview	Principais Números
Outorga Vencedora   Ágio	R\$ 2,2 bilhões   90%
Prazo da Concessão	35 anos
População Atendida	2,6 milhões
Gestão Comercial	Sob gestão integral do privado

### Estrutura Acionária



**Nota:** Participação relevante na Investida que garante efetiva influência na gestão da cia, incluindo indicação de membros do conselho de Adm. e do time de gestão da empresa.

## Acompanhamento da Companhia – Rio + Saneamento



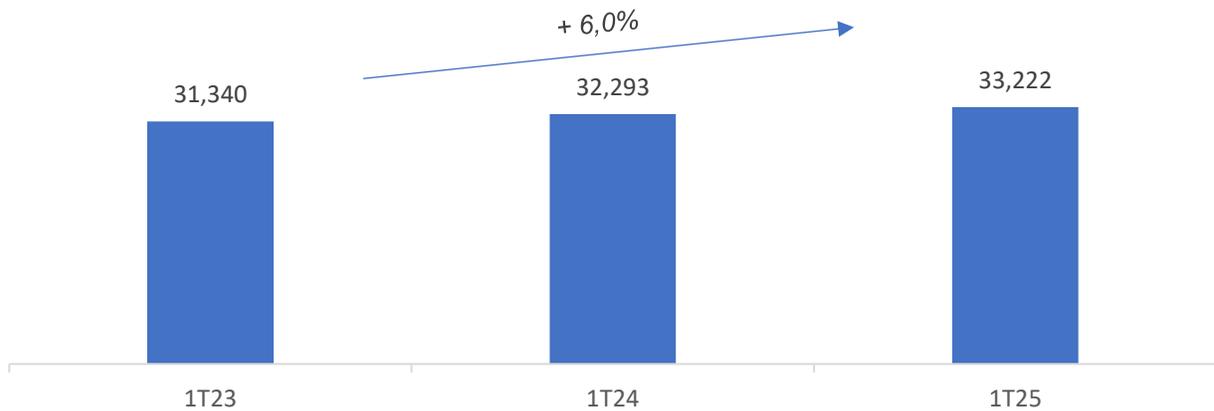
Cobertura  
da Rede

**6,7 mil km**  
Rede de Água

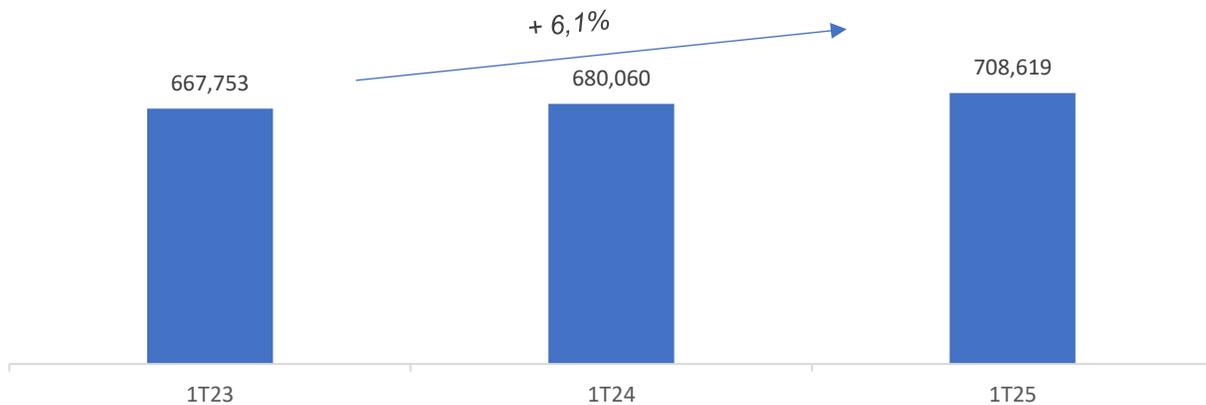
**412 km**  
Rede de Esgoto



**Volume Faturado (mil m<sup>3</sup>) Água**



**Economias Faturadas Água**





## Destaques:

**Combate a ligações clandestinas em Rio das Ostras:** Em parceria com o SAAE e a prefeitura municipal, a Rio+ Saneamento realizou operação orientativa no bairro Cidade Praiana para inspecionar redes pluviais e poços de visita, visando coibir descarte irregular de esgoto. A ação reforça o compromisso da companhia com a preservação ambiental e o funcionamento adequado do sistema de esgotamento.

**Melhorias operacionais durante manutenção do Guandu:** Durante a paralisação programada da Cedae no Sistema Guandu, a Rio+ Saneamento realizou uma série de intervenções preventivas na Zona Oeste do Rio, como instalação de válvulas automatizadas, troca de registros e ventosas, e reparos em pontos estratégicos da rede de distribuição, com foco na redução de perdas e maior segurança operacional.

**Campanhas de renegociação de dívidas e tarifa social:** Ao longo de maio, a Rio+ Saneamento e a Zona Oeste Mais Saneamento ofereceram condições especiais para regularização de débitos com descontos de até 70%, parcelamento em até 48 vezes e adesão à tarifa social. As ações ocorreram em diversas frentes, incluindo o evento "Consumidor Social" em Itaguaí, promovido em parceria com a Secretaria de Defesa do Consumidor.

**Energia 100% renovável:** A Rio+ Saneamento atingiu a meta de operar com 100% de energia elétrica proveniente de fontes renováveis. A transição é viabilizada por contratos no mercado livre e geração distribuída por energia solar, com redução estimada de até 4,3 mil toneladas de CO2 por ano, reforçando o compromisso da companhia com a descarbonização e eficiência energética.



## Overview do Saneamento Básico e Oportunidades em Porto Alegre

### SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. DADOS GERAIS SOBRE PORTO ALEGRE.....</b>	<b>9</b>
<b>3. ASPECTOS POLÍTICOS DE PORTO ALEGRE .....</b>	<b>10</b>
<b>A. ADMINISTRAÇÃO ATUAL (2025–2028):.....</b>	<b>10</b>
<b>B. FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO .....</b>	<b>11</b>
<b>4. O SANEAMENTO NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.....</b>	<b>12</b>
<b>A. O CONTEXTO LEGAL: NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO.....</b>	<b>14</b>
<b>B. O PROCESSO POLÍTICO E A MODELAGEM DA CONCESSÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>C. O PL 028/25 .....</b>	<b>15</b>
<b>D. PRÓXIMOS PASSOS .....</b>	<b>16</b>
<b>5. REFERÊNCIAS E DOCUMENTOS.....</b>	<b>17</b>

## 1. Introdução

O objetivo desta *newsletter* é analisar as oportunidades para a delegação dos serviços de saneamento básico do município de Porto Alegre, dentro de um contexto de resiliência climática e segurança hídrica.

Este documento está dividido em seis seções incluindo esta introdução. A Seção 2 apresenta dados gerais do município de Porto Alegre, a Seção 3 aborda aspectos políticos do município.

A Seção 4 apresenta como os serviços de saneamento básico estão sendo prestados no município e os desafios ligados à operação de saneamento no município, com suas referidas oportunidades e desafios da prestação dos serviços de saneamento para o município.

Este estudo utilizou fontes públicas, devidamente citadas ao longo do texto.

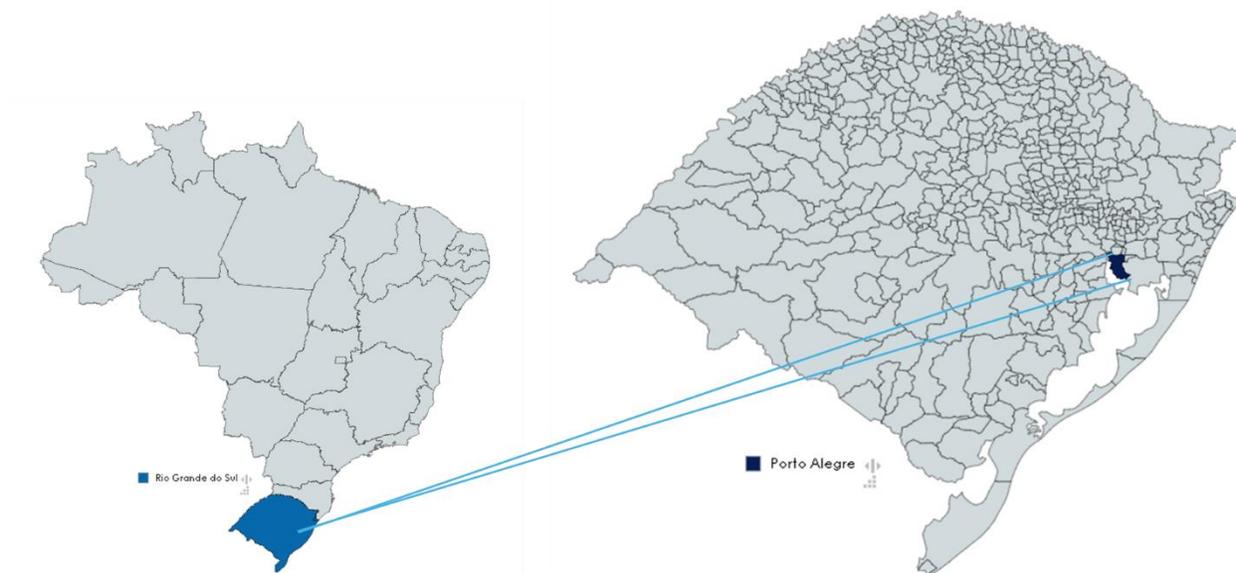
## 2. Dados gerais sobre Porto Alegre

Porto Alegre é a capital do estado do Rio Grande do Sul e um dos principais centros urbanos do Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023, a cidade possui uma população estimada de aproximadamente 1,3 milhão de habitantes, distribuída em uma área territorial de 496,8 km<sup>2</sup>. Esta configuração resulta em uma elevada densidade demográfica, superior a 2.500 habitantes por km<sup>2</sup>, característica típica de áreas urbanas consolidadas. O município é o núcleo da Região Metropolitana de Porto Alegre, composta por 34 municípios e que totaliza mais de 4 milhões de habitantes, constituindo uma das maiores aglomerações urbanas do país e um polo socioeconômico relevante para o Sul do Brasil.

Do ponto de vista econômico, Porto Alegre destaca-se como um centro de serviços, comércio e administração pública. O Produto Interno Bruto (PIB) do município, conforme dados mais recentes do IBGE, supera R\$ 80 bilhões, com forte participação dos setores de serviços e comércio, que representam mais de 80% da economia local. Produto Interno Bruto (PIB) per capita de Porto Alegre em 2021 foi de R\$ 54.647,38. A cidade possui um dos maiores índices de desenvolvimento humano (IDH) do país, com valor de 0,805, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano, posicionando-se entre os municípios brasileiros com melhores indicadores sociais.

A infraestrutura urbana de Porto Alegre é robusta, comparada com outros centros urbanos brasileiros, assim, configurando-se como uma metrópole regional estratégica, com expressiva densidade populacional, sólida infraestrutura, indicadores socioeconômicos relevantes e inserção destacada no contexto nacional e no Cone Sul, desempenhando papel central na dinâmica urbana e econômica do Brasil meridional.

Quadro 1 – Localização do Município de Porto Alegre



### 3. Aspectos políticos de Porto Alegre

Porto Alegre tem vivido ciclos políticos marcados pela alternância entre diferentes grupos partidários, o que refletiu na variação das políticas públicas adotadas, especialmente nas áreas de urbanismo e saneamento básico, setores centrais para a qualidade de vida dos seus habitantes.

#### a. Administração atual (2025–2028):

Sebastião Melo foi reeleito para o mandato atual, iniciado em janeiro de 2025, após vencer as eleições municipais de 2024 com ampla margem. Sua gestão tem reafirmado compromissos com a modernização da infraestrutura urbana e o fortalecimento dos serviços públicos, em especial no saneamento básico e no combate às enchentes.

Uma das decisões estratégicas da administração atual foi a articulação para a concessão parcial dos serviços de água e esgoto por meio do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), visando garantir os investimentos necessários para ampliar a cobertura e a qualidade dos serviços. Essa medida, embora alvo de debates na esfera política e entre a sociedade civil, é alinhada às exigências do Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020), que estabelece metas de universalização dos serviços até 2033.

Além disso, a Prefeitura de Porto Alegre tem priorizado a integração das políticas de urbanismo com a gestão ambiental, buscando implementar projetos que promovam a sustentabilidade, a redução dos impactos das enchentes e a recuperação de áreas verdes. Entre as ações destacam-se o fortalecimento dos sistemas de drenagem, a ampliação da coleta seletiva de resíduos e investimentos em infraestrutura verde, como parques urbanos e corredores ecológicos.

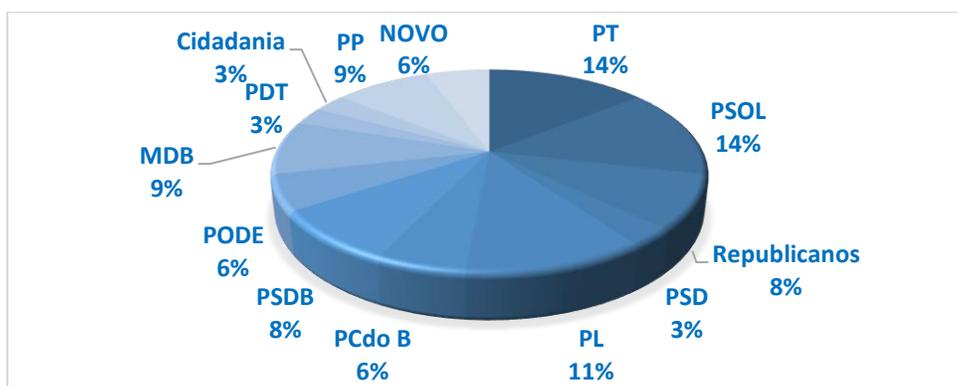
Em resumo, o cenário político atual em Porto Alegre é marcado pela busca de equilíbrio entre a necessidade de modernizar a infraestrutura da cidade e a responsabilidade fiscal, com foco em políticas públicas que atendam à crescente demanda urbana, particularmente nos setores de saneamento básico e urbanismo, fundamentais para garantir a qualidade de vida da população e a sustentabilidade do crescimento urbano.

A composição partidária da Câmara Municipal de Porto Alegre para o período de 2025 a 2028 revela um cenário de significativa renovação e polarização política, fatores que impactam diretamente a viabilidade de projetos voltados à universalização do saneamento básico no município.

#### b. Financiamentos e investimentos em saneamento

Apesar das divergências políticas, a Câmara Municipal aprovou projetos que autorizam a contratação de financiamentos superiores a R\$ 546 milhões para obras de saneamento, incluindo drenagem urbana, abastecimento de água e esgotamento sanitário. Esses recursos são provenientes do Programa Novo PAC – Desenvolvimento e Sustentabilidade, do Governo Federal, e visam modernizar a infraestrutura da cidade, beneficiando diretamente mais de 500 mil pessoas. ([Prefeitura de Porto Alegre](#))

Quadro 2 – Representatividade Partidária Municipal



Fonte: Câmara Municipal de Porto Alegre, elaborado por GO Associados<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/vereadores>, acesso em 25/05/2025

#### 4. O saneamento no município de Porto Alegre

O saneamento básico em Porto Alegre constitui um setor fundamental para a saúde pública, o bem-estar da população e a sustentabilidade ambiental da cidade. A gestão dos serviços, historicamente centralizada no Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), tem passado por desafios relacionados à expansão da cobertura, à eficiência operacional e à adaptação frente às demandas urbanas crescentes.

O DMAE foi criado em 1965, consolidando a responsabilidade pública pelo abastecimento de água e pelo tratamento de esgoto na capital gaúcha. Durante décadas, o órgão atuou como principal provedor dos serviços, atingindo níveis elevados de cobertura na rede de abastecimento de água, que atualmente ultrapassam 95% da população. Contudo, a cobertura do sistema de esgotamento sanitário ainda apresenta deficiências, especialmente em áreas periféricas e bairros de ocupação irregular, com índices estimados em torno de 70% a 75%.

A eficiência operacional dos serviços tem sido objeto de estudos e avaliações periódicas. Relatórios recentes indicam que o DMAE enfrenta desafios relacionados a perdas de água na rede, que podem atingir cerca de 35%, devido a vazamentos e obsolescência da infraestrutura. Essas perdas impactam diretamente na sustentabilidade financeira do sistema e na capacidade de atendimento da população.

Além disso, Porto Alegre apresenta uma relação direta entre o sistema de saneamento e a ocorrência de enchentes urbanas. Eventos extremos de chuva, especialmente os registrados em 2023 e 2024, evidenciaram a vulnerabilidade da cidade diante da insuficiência da rede de drenagem e do esgotamento sanitário inadequado, agravando os impactos socioambientais em diversas regiões. A urbanização acelerada e a impermeabilização do solo contribuem para o aumento do volume de águas pluviais que precisam ser gerenciadas, tornando essencial a modernização da infraestrutura e o planejamento integrado entre saneamento e urbanismo.

O estudo que está em curso no BNDES considera apenas a delegação do município de Porto Alegre, os municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre operados pela CORSAN foram privatizados com a venda da empresa para a AEGEA, entretanto, e a região metropolitana de Porto Alegre apresenta uma realidade mais heterogênea no saneamento básico. Enquanto algumas cidades possuem cobertura de água potável próxima à universalização, outras ainda enfrentam dificuldades significativas para garantir o acesso regular aos serviços. Em termos de esgotamento sanitário, a média regional é inferior à da capital, ficando próxima a 60%, o que evidencia um desafio adicional para a governança metropolitana integrada do saneamento.

Esses problemas são ainda mais agudos na RMPA, onde a expansão desordenada das áreas urbanas, aliada à precariedade dos serviços de saneamento em alguns municípios, aumenta a exposição a riscos ambientais e sanitários, dificultando a implementação de soluções integradas em escala metropolitana. Os problemas da RMPA acabam impactando a operação do município.

De acordo com os dados do SINISA 2024, o Município possui os seguintes índices e indicadores de atendimento:

Quadro 3 - Indicadores SINISA 2024

INDICADORES DE ÁGUA		
Código	Descrição	Valor
IAG0001	Atendimento da população total com rede de abastecimento de água	100%
IAG0002	Atendimento da população urbana com rede de abastecimento de água	100%
IAG0003	Atendimento da população rural com rede de abastecimento de água	-
IAG0004	Atendimento dos domicílios totais com rede de abastecimento de água	90,98%
IAG0005	Atendimento dos domicílios urbanos com rede de abastecimento de água	90,98%
IAG0006	Atendimento dos domicílios rurais com rede de abastecimento de água	-
IAG2002	Micromedição do volume de água consumido	74,24%
IAG2006	Consumo total médio per capita de água	298,6 l/hab/dia
IAG2012	Perdas de faturamento de água	31,21%
IAG2013	Perdas totais de água na distribuição	28,74%
IFA1001	Receita operacional direta média de usuários de água	5,63 R\$/m <sup>3</sup>
IFA2002	Despesa total média de água incluindo tributos	2,85 R\$/m <sup>3</sup>
INDICADORES DE ESGOTO		
Código	Descrição	Valor
IES0001	Atendimento da população total com rede coletora de esgoto	59,7%
IES0002	Atendimento da população urbana com rede coletora de esgoto	67,48%
IES0003	Atendimento da população rural com rede coletora de esgoto	5,56%
IES0004	Atendimento dos domicílios totais com rede coletora de esgoto	53,5%
IES0005	Atendimento dos domicílios urbanos com rede coletora de esgoto	61,61%
IES0006	Atendimento dos domicílios rurais com rede coletora de esgoto	2,16%
IES2003	Esgoto tratado referido à água consumida	49,44%
IES2004	Esgoto tratado referido ao esgoto coletado	78,68%
IFE1001	Receita operacional direta média de usuários de esgoto	5,21 R\$/m <sup>3</sup>
IFE2002	Despesa total média de esgoto incluindo tributos	5,10 R\$/m <sup>3</sup>

Fonte: SINISA 2024, dados de 2023<sup>2</sup>

#### **a. O contexto legal: Novo Marco Legal do Saneamento**

A partir da promulgação da Lei Federal nº 14.026/2020, conhecida como o Novo Marco Legal do Saneamento, foi estabelecido um novo regime regulatório para o setor no Brasil, impondo metas concretas de universalização: 99% da população com acesso à água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033. Essa legislação também promoveu a competitividade no setor, estimulando a ampliação das concessões e parcerias com a iniciativa privada como meio de viabilizar os investimentos necessários.

Em função dessas exigências legais e dos próprios limites operacionais do DMAE, o município de Porto Alegre iniciou, entre 2023 e 2024, estudos técnicos e jurídicos para avaliar a viabilidade da concessão parcial dos serviços de saneamento básico, especialmente na área de esgotamento sanitário, onde há maiores déficits de cobertura.

#### **b. O processo político e a modelagem da concessão**

O debate sobre a concessão dos serviços de saneamento em Porto Alegre é complexo e envolve múltiplos atores políticos e sociais. De um lado, a atual administração municipal, liderada pelo prefeito Sebastião Melo (MDB), tem defendido a necessidade da concessão como um instrumento para atrair investimentos privados e, assim, cumprir as metas legais e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

De outro lado, setores da sociedade civil organizada, sindicatos de trabalhadores do DMAE e representantes políticos da oposição têm expressado preocupação com os riscos de privatização dos serviços públicos essenciais, apontando possíveis impactos sobre as tarifas, a universalização do atendimento e a manutenção de padrões de qualidade.

O processo político de estruturação da concessão foi marcado pela realização de audiências públicas, consultas populares e elaboração de estudos técnicos em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que atua como estruturador de diversos projetos de concessão de saneamento no país.

A modelagem proposta prevê a manutenção do DMAE como ente regulador e fiscalizador das operações, enquanto parte da execução dos serviços de esgotamento sanitário seria delegada à iniciativa

---

<sup>2</sup> Disponível em:

<https://indicadores-sinisa-2025.cidades.gov.br/dashboard?modulo=agua>

<https://indicadores-sinisa-2025.cidades.gov.br/dashboard?modulo=esgoto>, acesso em 25/05/2025.

privada, mediante contrato de concessão por prazo determinado, estimado inicialmente em 30 anos. Essa estrutura permitiria ao município alcançar, de forma mais célere, as metas de expansão da rede de esgoto e de melhoria na qualidade do tratamento, com investimentos estimados em mais de R\$ 2 bilhões ainda no ano de 2020, segundo estimativas do BNDES naquele momento.

Atualmente, o projeto encontra-se na etapa de preparação para consulta pública da concessão dos serviços de Abastecimento e, Distribuição de Água, Coleta e Tratamento para o município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. Somente a partir da referida consulta pública poderão ser descritos os detalhes da concessão.

### **c. O PL 028/25 – Autorização da concessão dos serviços públicos de saneamento**

Em 21 de maio, último, foi protocolado na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre o PL nº 028/25 que autoriza a concessão dos serviços públicos de saneamento para o Município. O objetivo do PL é ampliar o debate social quanto à qualificação dos serviços públicos de saneamento básico por meio de celebração de contratos de longo prazo.

Este movimento mostra a vontade política de se resolver uma questão crítica do município e alinha-se com o desafio de promover a universalização dos serviços até 2033.

O projeto de lei (PL) de concessão dos serviços de saneamento em Porto Alegre propõe repassar à iniciativa privada a distribuição de água e o tratamento de esgoto, enquanto a captação e o tratamento da água permanecerão sob responsabilidade do poder público municipal, segundo a Câmara Municipal e o Dmae. A drenagem urbana e os sistemas de proteção contra cheias também serão mantidos sob responsabilidade do Dmae.

#### **Detalhes do PL:**

- **Serviços a serem concedidos:** A distribuição de água e o tratamento de esgoto.
- **Serviços a permanecerem sob responsabilidade do Dmae:** Captação e tratamento da água, drenagem urbana e sistemas de proteção contra cheias.
- **Tramitação:** O PL está em tramitação na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, com previsão de 17 audiências públicas antes da votação.
- **Objetivo da prefeitura:** O prefeito Sebastião Melo afirma que a concessão parcial visa melhorar o saneamento em Porto Alegre, especialmente em áreas com esgoto a céu aberto.
- **Promessas do prefeito:** A proposta de concessão parcial visa manter o controle público sobre a captação e o tratamento da água, como prometido por Sebastião Melo.

**Contexto:**

- O projeto foi protocolado na Câmara Municipal a pedido do prefeito Sebastião Melo.
- A prefeitura justifica a concessão como uma forma de atrair investimentos e melhorar os serviços de saneamento.
- A população está sendo convidada a participar das audiências públicas para debater a proposta.

**Outros pontos relevantes:**

- Alguns vereadores e entidades sindicais manifestaram preocupações com o projeto, argumentando que ele pode levar à privatização de serviços essenciais e aumentar as tarifas.
- **A aprovação do PL pode levar à concessão dos serviços em 2026.**

**d. Próximos passos**

O processo político encontra-se, atualmente, na fase de finalização dos estudos técnicos e análise jurídica, e o projeto de lei autorizativa foi enviado à Câmara Municipal no dia 21 de maio, como Projeto de Lei nº 028/25 e encontra-se em avaliação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. A expectativa da administração municipal é realizar a licitação até o início de 2026, iniciando a execução da concessão até o fim do mesmo ano ou início de 2027.

Dessa forma, o processo de concessão do saneamento em Porto Alegre se configura como uma das principais políticas públicas em curso na cidade, envolvendo complexos aspectos legais, institucionais e políticos. O sucesso da iniciativa dependerá da capacidade de conciliar a necessidade de investimentos e modernização do sistema com a garantia de qualidade, universalidade e justiça social no acesso aos serviços de saneamento básico.

## 5. Referências e Documentos

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). Normas de Referência para o Saneamento Básico. Brasília: ANA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/saneamento/normas-de-referencia>. Acesso em: 24 maio 2025.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). População de Porto Alegre opinará sobre modelo de concessão de água e esgoto desenvolvido pelo BNDES. Rio de Janeiro: BNDES, 2024. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/populacao-de-porto-alegre-opinara-sobre-modelo-de-concessao-de-agua-e-esgoto-desenvolvido-pelo-bndes>. Acesso em: 24 maio 2025.
- BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, entre outras. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 2020.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, PL 028/2025, Disponível em: [https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu\\_doc/noticias/2025/05/21/Of%C3%ADcio%202046%20%2B%20PLE%202028-25.pdf](https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/noticias/2025/05/21/Of%C3%ADcio%202046%20%2B%20PLE%202028-25.pdf), Acesso em 25 de maio de 2025.
- PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Ofício nº 2046/2025 + Projeto de Lei do Executivo nº 028/25: Autorização para a concessão dos serviços de saneamento básico. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 21 maio 2025. Disponível em: [https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu\\_doc/noticias/2025/05/21/Of%C3%ADcio%202046%20%2B%20PLE%202028-25.pdf](https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/noticias/2025/05/21/Of%C3%ADcio%202046%20%2B%20PLE%202028-25.pdf). Acesso em: 24 maio 2025.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Audiência pública sobre concessão do saneamento será dia 25. Porto Alegre: Prefeitura, 2024. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smp/noticias/audiencia-publica-sobre-concessao-do-saneamento-sera-dia-25>. Acesso em: 24 maio 2025.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Porto Alegre: Prefeitura, 2023. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smam/planos/planos-de-saneamento>. Acesso em: 24 maio 2025.
- RIO GRANDE DO SUL. AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS (AGERGS). Relatório de Atividades 2023. Porto Alegre: AGERGS, 2024. Disponível em: <https://www.agergs.rs.gov.br>. Acesso em: 24 maio 2025.
- SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE (SMAMUS). Política Municipal de Saneamento Básico. Porto Alegre: SMAMUS, 2023. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smam>. Acesso em: 24 maio 2025.
- SINISA – Painel de Indicadores 2024. Disponível em: <https://indicadores-sinisa-2025.cidades.gov.br/dashboard?modulo=agua> e <https://indicadores-sinisa-2025.cidades.gov.br/dashboard?modulo=esgoto>. Acesso em 25 de maio de 2025.